

CÂMARA MUNICIPAL

DE

LAGOA – AÇORES

ATA N.º 02/2019

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE JANEIRO DE 2019

(Contém 18 Folhas)

ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

VEREADOR – CARLOS AUGUSTO BORGES RODRIGUES FURTADO

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADORA – ALBERTINA MARIA COSTA OLIVEIRA

VEREADOR – NELSON ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS

VEREADOR – ROBERTO MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA

FALTOU O SEGUINTE MEMBRO:

VEREADOR – RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA



CÂMARA MUNICIPAL**DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 02/2019****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE JANEIRO DE 2019**

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência da Exma. Senhora Cristina de Fátima Silva Calisto, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Fernando Jorge Ventura Moniz; Albertina Maria Costa Oliveira; Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Não compareceu à reunião o Senhor Vereador Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:

A Senhora Presidente da Câmara propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 11 de janeiro de 2019.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, conforme disposto no número 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e será assinada pela Senhora Presidente e por quem secretariou a reunião.



JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:

A Senhora Presidente deu conhecimento à Câmara que justificou a falta do Senhor Vereador Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota, de acordo com a alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, competência que foi delegada em reunião de 25 de outubro de 2017.

A Câmara tomou conhecimento.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

A Senhora Presidente da Câmara expôs que, de acordo com o que ficou estabelecido, as últimas reuniões da Câmara Municipais são públicas. Atendendo que a agenda de trabalhos desta reunião tem vários assuntos, propôs que o período de intervenção aberto ao público fosse transferido para antes da ordem do dia, o que foi aceite, por unanimidade.

Seguiu-se o período de intervenção aberto ao público. Esteve presente o Senhor José Fernando Carneiro Sousa, morador na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, deste Concelho.

A Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor José Fernando Carneiro Sousa.

O Senhor José Fernando Carneiro Sousa deu bom dia a todos os presentes e começou a sua intervenção referindo que gostou de assistir ao V Fórum da Rede de Autarquias Participativas, no Cineteatro Lagoense Francisco D´Amaral Almeida. Disse que participa nestas reuniões na qualidade de cidadão, no sentido de alertar para determinadas situações e não tem nada contra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

Referiu que os Lagoenses ainda estão à espera da reconstrução da Ermida de São Judas, que foi destruída pela Câmara Municipal e questionou se será erguida na Praça de Nossa Senhora da Graça.

Expôs que um determinado cidadão aguarda resposta aos e-mails que enviou para a Câmara Municipal de Lagoa, com o pedido de iluminação pública, na Canada da Freira e até à presente data não obteve qualquer resposta. Comentou que talvez se fosse noutras Canadas a situação já estivesse resolvida.

Sobre a Pousada de Juventude de Lagoa, disse que quando foi construída comentou numa reunião pública da Câmara Municipal que não ia dar certo, a resposta que obteve foi que era pessimista e agora tem a prova, pois a Pousada de Juventude de Lagoa já fechou para uma Escola Profissional. As obras que lá fizeram, com a destruição de paredes, talvez tenha enfraquecido a estrutura daquele edifício. Comentou que oxalá que dê certo, pois os Hotéis já têm Escolas Profissionais e agora vão ter mais uma no Concelho de Lagoa.

Expôs que já se passaram dois anos, desde que a Senhora Presidente disse que ia mandar fazer uma fiscalização à garagem que serve de armazém de garrafas de gás, na freguesia de Nossa Senhora do Rosário e perguntou se já foi feita essa fiscalização. Comentou que aos fins-de-semana e feriados, em frente à Escola Básica /JI Marquês de Jácome Correia, junto à bomba de gasolina, costuma estar uma viatura estacionada a vender garrafas de gás, o que naquele espaço não é permitido e ninguém fiscaliza.

Sobre a situação da colocação de pilaretes na Atalhada, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, comentou que enquanto umas pessoas têm de pagar para ter acesso às suas garagens, outros não. Não é uma situação justa perante os pagadores de situações de idêntica natureza. Comentou que há comentários no facebook sobre esta situação.

Relativamente à monda térmica, expôs que custa muito dinheiro à Câmara Municipal de Lagoa a contratação daquele serviço e a menos de um mês as ervas já cresceram novamente. Em sua opinião, deveriam de ter feito primeiro uma experiência antes de contratualizar o serviço e não está correto a empresa não pagar a água que usa, enquanto o povo paga a água que utiliza. Se colocassem cimento nas fendas não cresciam mais ervas. Tem registos que nos finais do mês de dezembro a máquina esteve a fazer o serviço e no passado dia 7 de janeiro já havia ervas e com flores. Acrescentou que este serviço também está em Ponta Delgada e que o dono da máquina é político.

Sobre o trânsito, questionou se já leram o Código de Estrada que estabelece as regras de circulação e apresentou um Código de Estrada. Referiu que, em sua opinião, foi um gasto desnecessário o parque de estacionamento para quatro viaturas que a Câmara Municipal fez na Av. António de Medeiros e Almeida, na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário e naquela mesma rua impediram a entrada de máquinas agrícolas a um terreno. Foi proibido o estacionamento no fim da Rua Augusto Manuel de Freitas, até ao entroncamento com a Av. Infante D. Henrique, o que levou a que as pessoas passassem a estacionar ao longo do início da rua, desde o entroncamento com o Centro de Saúde da Lagoa, dificultando o trânsito para quem circula nos dois sentidos, pelo que, em sua opinião, deveria haver intervalos de forma a facilitar a passagem. Expôs, ainda, que quem sai da Travessa da Boavista tem que ir para o eixo da via para ter visibilidade, porque o passeio não está alinhado com o passeio da rua de baixo e essa situação já provocou alguns acidentes naquele local, pelo que deve ser corrigido.

O Senhor José Fernando Carneiro Sousa disse uma frase de (Martin Luther King): “Para criar inimigos não é necessário declarar guerra, basta dizer o que pensa” e espera não receber represálias como já recebeu no passado. Acrescentou que ontem encontrou a Senhora Presidente da Câmara na rua e falou com ela, depois alguém lhe perguntou se ele também recebia 100,00 € por mês. Disse, ainda, que no noticiário Nacional passa várias notícias sobre a corrupção e aqui nos Açores não há nada, quer isto dizer que o trabalho está a ser bem feito.



Concluiu dizendo que não tem nada contra a Câmara Municipal, nem contra a Senhora Presidente da Câmara, apenas, alertou para determinados assuntos.

A Senhora Presidente da Câmara disse que não tem a pretensão de que as suas respostas possam mudar a opinião do Senhor José Fernando Carneiro Sousa. Respeita-as e na medida do possível explicará vários pontos. Referiu que o Senhor José Fernando Carneiro Sousa por diversas vezes já falou em represálias, pois gostaria que esse assunto deixasse de ser invocado nas reuniões da Câmara Municipal e nas sessões da Assembleia Municipal. Expôs que as decisões políticas que são tomadas nos Municípios são alvo de análise do cidadão comum, sendo validadas, ou não, em atos eleitorais livres e democráticos. As pessoas que a conhecem sabem qual é o seu perfil e por conta disso teve o resultado eleitoral que obteve. Tem um programa eleitoral a cumprir, que para alguns é positivo e meritório e para outros nem tanto, mas entende que está devidamente validada para tomar determinadas decisões na Câmara Municipal de Lagoa e se foi alvo de ameaças no passado não tem que as invocar na atualidade. Quanto ao facebook, disse que talvez tem sido o alvo mais preferencial de ataques pessoais e profissionais e não pode simplesmente dirigir a Câmara Municipal a pensar nos ataques que se fazem nas redes sociais.

A Senhora Presidente da Câmara explicou que as pessoas que trabalham e recebem 100,00 € são pessoas que fazem parte de um programa de ocupação FIOS. São pessoas beneficiárias de rendimento social de inserção que são colocadas a trabalhar umas horas, em serviço para a Comunidade e recebem mais 100,00 €, sobre o RSI que já recebem e que lhe parece justo.

Relativamente à Pousada de Juventude de Lagoa a Senhora Presidente da Câmara informou que a mesma fechou por decisão política. A ideia de ter uma Escola Profissional no Concelho de Lagoa foi trabalhada com privados durante dois anos e só se chegou a esta decisão, porque não houve outros espaços disponíveis para acolher a Escola Profissional. A Lagoa precisa de uma Escola Profissional, na área vocacional e profissionalizante e foi uma questão de oportunidade. A Escola Profissional Inetese não é uma escola nova, pois já funciona em Ponta Delgada e passará a exercer a sua atividade formativa na Lagoa. Mais referiu que tomou a decisão consciente que será o melhor para a Lagoa e o tempo o dirá.

Sobre o pedido de iluminação elétrica, a Senhora Presidente da Câmara informou que irá averiguar junto dos respetivos serviços o ponto de situação. Mais informou que a iluminação de uma Canada não depende exclusivamente da Câmara Municipal, mas da EDA – Empresa de Eletricidade dos Açores. Há vários sítios que necessitam de reforço de iluminação ou de extensão de iluminação, mas de momento há atrasos, porque a EDA está a substituir a iluminação tradicional por iluminação LED.

Em relação à Ermida de São Judas, a Senhora Presidente da Câmara informou que há uma localização para reconstruir a Ermida que não é na Praça de Nossa Senhora da Graça.



Este assunto foi falado na última reunião da Câmara Municipal e levantou a dúvida se o espaço que está previsto é o mais adequado. À cautela devem de ser pedidos alguns pareceres técnicos para garantir que aquele sítio é o mais indicado. Mais informou que após esta reunião, os Senhores Vereadores da Oposição vão visitar o local onde estão guardadas as pedras da Ermida de São Judas, no Parque Municipal de Obras da Câmara Municipal.

Sobre a monda térmica a Senhora Presidente da Câmara referiu que ontem, quando falou com o Senhor José Fernando Carneiro Sousa, explicou-lhe todo o procedimento. Passou a palavra ao Senhor Vereador Nelson Santos, responsável pela área do Ambiente.

O Senhor Vereador Nelson Santos perguntou se o Senhor José Fernando Carneiro Sousa é contra este novo procedimento, tendo o Senhor José Fernando Carneiro Sousa respondido que como já disse, deveriam de ter feito primeiro uma experiência antes de contratualizar o serviço.

O Senhor Vereador Nelson Santos explicou que se trata de uma mudança de paradigma. A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o glifosato (junto com outros pesticidas organofosforados) como cancerígeno provável para o ser humano e o seu uso está legalmente proibido nos tratamentos fitossanitários em locais públicos. Este novo sistema (monda térmica) consiste na remoção das ervas e do musgo, com vapor de água, gerado por uma máquina, onde as células das plantas são destruídas a temperaturas elevadas, sem adição de produtos químicos e 100% água, não constituindo qualquer perigo para pessoas ou animais.

A Senhora Presidente da Câmara disse que este procedimento não tem política nenhuma. Foi uma oportunidade de negócio para quem está a trabalhar no ramo ambiental. A empresa que presta o serviço para a Câmara Municipal de Lagoa também presta serviço para a Câmara Municipal de Ponta Delgada. Nos últimos anos têm existido novas regras e esta é uma solução inovadora e sobretudo amiga do ambiente. A Senhora Presidente entregou informação explicativa sobre a monda térmica ao Senhor José Fernando Carneiro Sousa.

O Senhor José Fernando Carneiro Sousa disse que a água salgada e água com lixívia também matam as ervas.

Sobre o processo do gás a Senhora Presidente da Câmara disse que a Câmara Municipal está a aguardar a decisão do Tribunal.

Relativamente aos assuntos relacionados com a Comissão de Trânsito a Senhora Presidente da Câmara expôs que fazem parte daquela Comissão elementos da PSP, com conhecimento do Código de Estrada e as situações são devidamente analisadas.

A Senhora Presidente concluiu dizendo que, como disse no início da sua intervenção, em nenhuma das matérias tinha a pretensão de mudar a opinião do Senhor José Fernando Carneiro Sousa e agradeceu a sua presença nesta reunião pública da Câmara Municipal.

A Câmara tomou conhecimento.



ANTES DA ORDEM DO DIA:**ILUMINAÇÃO PÚBLICA:**

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que sobre o assunto de iluminação pública, que foi falado pelo Senhor José Fernando Carneiro Sousa, ao que julga saber a iluminação pública é requerida pelos Municípios à Empresa EDA. Esta Empresa apresenta um orçamento com a colação dos postos, que depois de analisado, é aprovado ou não.

A Senhora Presidente da Câmara informou que não são todas as situações. Deu como exemplo uma situação que ocorreu na Freguesia do Cabouco, em que a Câmara Municipal fez o pedido e a resposta foi negativa. Dará conhecimento ao Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado deste processo.

A Câmara tomou conhecimento.

COLOCAÇÃO DE PILARETES NA ATALHADA:

Na sequência da situação exposta pelo Senhor José Fernando Carneiro Sousa, sobre a colocação de pilaretes na Atalhada, o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que, em sua opinião, a colocação daqueles pilaretes para acautelar a entrada e saída de uma garagem, dá direito, a quem tem o benefício, de pagar a ocupação da via pública. Em seu entender, esta situação carece de ser revista, senão qualquer pessoa nas mesmas condições também pode reivindicar esse direito.

A Câmara tomou conhecimento.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ROBERTO OLIVEIRA:

O Senhor Vereador Roberto Oliveira felicitou o Senhor José Fernando Carneiro Sousa pela sua presença nas reuniões públicas desta Câmara Municipal, sua persistência na defesa do seu Concelho e encorajou-lhe pela sua participação cívica que deveria de ser exemplo para outros munícipes.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira solicitou informação sobre o ponto de situação da água da Sinaga.

A Senhora Presidente da Câmara informou que com a Câmara Municipal não houve mais evolução. Mais informou que, tomou conhecimento na AMISM, que o IROA vai avançar e depois disponibiliza aos Municípios.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira solicitou o acesso ao projeto do Loteamento da Freguesia da Ribeira Chã.



A Câmara tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA:

PRESIDÊNCIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE AS ATIVIDADES CAMARÁRIAS E DE INTERESSE MUNICIPAL:

A Senhora Presidente da Câmara apresentou a informação sobre as atividades Camarárias e de interesse Municipal, com os seguintes assuntos:

- Cristina Calisto recebeu Bispo D. João Lavrador;
- Dan Riverman atuou na 5.ª Sessão do Inspiral;
- Câmara Municipal de Lagoa interdita troço de estrada na Baixa D'Areia;
- Cristina Calisto apela à cidadania e à participação da juventude na construção de um Concelho mais desenvolvido;
- Lagoa acolheu Fórum Novas Vozes pela Igualdade de Género.

A Câmara tomou conhecimento.

UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:

PONTO N.º 2 – PROPOSTA – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A INSTITUIÇÕES DESPORTIVAS DO CONCELHO:

A Senhora Presidente apresentou a proposta de atribuição de apoios financeiros às Instituições Desportivas do Concelho, para o ano de 2019, que abaixo se transcreve:

“Considerando que, de acordo com o disposto na alínea u) do número 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal pode conceder subsídios a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;

Considerando que, assumem especial importância todas as atividades que visem a ocupação útil dos tempos livres das crianças e jovens do Concelho, o apoio social aos mais carenciados, a prestação de cuidados aos mais idosos, a educação, a cultura, a formação cívica, a prática de hábitos de vida saudáveis e demais atividades que promovam o bem-estar e a qualidade de vida da comunidade;



Considerando a importância das instituições locais na dinamização de todas essas áreas, propõe-se a transferência dos seguintes subsídios:

- Centro de Karaté de Lagoa – 4.000,00€;
- Judolag – Judo Clube Lagoa – 4.000,00€;
- CDOL – Clube Desportivo Operário de Lagoa – 2.500,00€;
- Clube Desportivo Escolar de Água de Pau – 4.000,00€;
- Associação de Veteranos do Clube Operário Desportivo – 3.650,00€;
- Associação Cultural e Desportiva do Cabouco – 2.500,00€;
- Clube de Pesca Desportiva de Lagoa – 1.250,00€;
- Clube de Ténis de Lagoa – 1.100,00€.”

Anexo à proposta foram presentes as minutas dos contratos-programa a celebrar com as referidas Instituições Desportivas do Concelho.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que houve um acréscimo considerável de valores em algumas Instituições Desportivas, nomeadamente, o Centro de Karaté de Lagoa, o Judolag – Judo Clube Lagoa, Clube de Pesca Desportiva de Lagoa e a Associação Cultural e Desportiva do Cabouco.

A Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor Vereador Nelson Santos.

Sobre o apoio ao Centro de Karaté de Lagoa, no valor de 4.000,00€, o Senhor Vereador Nelson Santos informou que na minuta do contrato-programa a celebrar com a referida Instituição, na cláusula 2.ª Comparticipação Financeira, está detalhada toda a informação sobre o apoio a atribuir. Assim, o valor de 4.000,00 € destina-se a compartilhar o seu plano de atividades, sendo que 1.000,00 € destinam-se a apoiar a deslocação para a participação nas provas Regionais e Nacionais de Karaté e 500,00 € destinam-se à aquisição do “Punching Bag boneco Daedo”.

Em relação ao Judolag – Judo Clube Lagoa, informou que o aumento deve-se ao mérito das atividades que este Clube tem desenvolvido e ao aumento de praticantes, pois são cerca de 120 crianças que frequentam o Judolag.

Sobre o apoio ao Clube de Pesca Desportiva de Lagoa, o Senhor Vereador Nelson Santos informou que este Clube vai associar-se ao Projeto Náutica 0, com o ensino das artes de pesca. Sobre o aumento do apoio à Associação Cultural e Desportiva do Cabouco, justificou que foi tendo em consideração que é a única entidade com atividades desportivas com crianças na Freguesia do Cabouco.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que se vai abster nesta deliberação, na sequência do que expôs na última reunião, sobre o assunto de atribuição de apoios financeiros às Instituições Desportivas do Concelho. Não tem nada contra os valores dos apoios, nem contra a filosofia da atribuição, mas, em sua opinião, alguns Clubes não têm tanta urgência em receber este apoio, pelo que não faz sentido, aprovar a atribuição destes apoios nesta reunião,



quando no final do mês de fevereiro será aprovado pela Assembleia Municipal um novo Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Instituições Desportivas e Atletas Individuais.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que vota a favor, porque há aumento dos valores dos apoios financeiros a atribuir às Instituições Desportivas do Concelho e como qualquer Instituição tem graves problemas de militância e de ordem financeira, pelo que esses apoios vêm atenuar algumas dificuldades dessas Instituições.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor, sendo quatro votos dos membros do Partido Socialista e um voto do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado e uma abstenção do Senhor Vereador Roberto Oliveira:

1.º Aprovar a atribuição dos apoios financeiros às Instituições Desportivas do Concelho, para o ano de 2019, nos montantes acima referidos;

2.º Dar conhecimento desta deliberação à Subunidade Orgânica de Contabilidade e às referidas Instituições Desportivas do Concelho.

Por impedimento legal, na discussão e aprovação da proposta apresentada, ausentou-se da reunião o Senhor Vereador Fernando Jorge Ventura Moniz no ponto referente à Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, de acordo com o n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 3 – PROPOSTA – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A INSTITUIÇÕES SOCIAIS DO CONCELHO:

Foi presente a proposta de atribuição de apoios financeiros às Instituições Sociais do Concelho, para o ano de 2019, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que, de acordo com o disposto na alínea u) do número 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro a Câmara Municipal pode conceder subsídios a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;

Considerando que, assumem especial importância todas as atividades que visem a ocupação útil dos tempos livres das crianças e jovens do Concelho, o apoio social aos mais carenciados, a prestação de cuidados aos mais idosos, a educação, a cultura, a formação cívica, a prática de hábitos de vida saudáveis e demais atividades que promovam o bem-estar e a qualidade de vida da comunidade;

Considerando a importância das instituições locais na dinamização de todas essas áreas, propõe-se a transferência dos seguintes subsídios:

- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada – 46.950,00€;
- Lions Clube de Lagoa – 2.000,00€;
- Paróquia de Nossa Senhora dos Anjos – Água de Pau – 5.500,00€;



- Paróquia da Matriz de Santa Cruz – 5.000,00€;
- Paróquia de Nossa Senhora do Rosário – 5.000,00€;
- Paróquia de Nossa Senhora da Misericórdia – Cabouco – 1.250,00€;
- Paróquia de Santa Cruz – Nossa Senhora dos Remédios – 2.000,00€;
- Paróquia de Nossa Senhora das Necessidades – Atalhada – 1.250,00€;
- Paróquia de São José – Ribeira Chã – 2.800,00€;
- MOVE – Associação de Microcrédito e Empreendedorismo – 3.000,00€."

Anexo à proposta foram presentes as minutas dos contratos-programa a celebrar com as referidas Instituições Sociais do Concelho.

A Senhora Presidente da Câmara informou que há um novo apoio nesta proposta que é à MOVE – Associação de Microcrédito e Empreendedorismo. Explicou que esta Associação está há um ano a trabalhar em São Miguel, nos Concelhos de Ponta Delgada, Ribeira Grande e Lagoa. São voluntários que trabalham em determinadas zonas, com o objetivo de desenvolver atividades de apoio a iniciativas empreendedoras, como forma de combater a pobreza e garantir o autossustento.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade dos presentes, não tendo participado o Senhor Vereador Fernando Jorge Ventura Moniz na atribuição do apoio financeiro à Paróquia de Nossa Senhora do Rosário:

1.º Aprovar a atribuição dos apoios financeiros às Instituições Sociais do Concelho, para o ano de 2019, nos montantes acima referidos;

2.º Dar conhecimento desta deliberação à Subunidade Orgânica de Contabilidade e às referidas Instituições Sociais do Concelho.

O Senhor Vereador Fernando Jorge Moniz regressou à sala, a fim de continuar a participar na presente reunião.

Por impedimento legal, na discussão e aprovação da proposta apresentada, ausentaram-se da reunião os seguintes membros, de acordo com o n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: Vereador Fernando Jorge Ventura Moniz no ponto referente ao Grupo de Cantares Tradicionais de Santa Cruz e a Vereadora Albertina Maria Costa Oliveira, no ponto referente à Associação de Jovens da Ribeira Chã.

PONTO N.º 4 – PROPOSTA – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A INSTITUIÇÕES RECREATIVAS, CULTURAIS E OUTRAS DO CONCELHO:

A Senhora Presidente apresentou a proposta de atribuição de apoios financeiros a Instituições Recreativas, Culturais e outras do Concelho, para o ano de 2019, que abaixo se transcreve:



"Considerando que, de acordo com o disposto na alínea u) do número 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal pode conceder subsídios a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;

Considerando que, assumem especial importância todas as atividades que visem a ocupação útil dos tempos livres das crianças e jovens do Concelho, o desenvolvimento e a promoção cultural, bem como a preservação histórica e patrimonial e a investigação científica;

Considerando a importância das instituições locais na dinamização de todas essas áreas, propõe-se a transferência dos seguintes subsídios:

- Associação Cultural Grupo Jovem Pauense – 1.450,00€;
- Associação de Jovens de Lagoa "O Grujola" – 1.450,00€;
- Associação Cultural Amigos de São Martinho - 500,00€;
- AJL - Associação Jovem Lagoense – 500,00€;
- Associação de Jovens da Ribeira Chã – 1.000,00€;
- Associação de Pais da EBI de Lagoa – 500,00€;
- Grupo Musical Nova Geração – 900,00€;
- Associação Motard Gravediggers – 950,00€;
- Banda Filarmónica Fraternidade Rural – Água de Pau – 2.500,00€;
- Sociedade Filarmónica Lira do Rosário – 2.500,00€;
- Sociedade Filarmónica Estrela D'Alva – 2.500,00€;
- Escola Secundária de Lagoa – 4.000,00€;
- Escola Básica Integrada de Água de Pau – 2.100,00€;
- Escola Básica Integrada de Lagoa - 1.250,00€;
- Grupo de Escoteiros n.º 97 – Água de Pau – 1.450,00€;
- Agrupamento de Escoteiros n.º 798 – Cabouco - 1.450,00€;
- Agrupamento de Escuteiros n.º 1290 – Santa Cruz – 2.950,00€;
- Agrupamento de Escuteiros n.º 1333 – Ribeira Chã – 900,00€;
- Grupo de Cantares Tradicionais de Santa Cruz – 3.500,00€;
- Grupo de Jovens Som do Vento – 1.450,00€;
- OS QUIRIDOS – Associação Criativa e Promotora de Eventos – 1.370,00€;
- Orfeão Nossa Senhora do Rosário – 3.050,00€;
- Instituto Cultural Padre João José Tavares – 1.155,00€;
- ACRA – Associação de Consumidores da Região Açores – 500,00€."

Anexo à proposta foram presentes as minutas dos contratos-programa a celebrar com as referidas Instituições Recreativas e Culturais e outras do Concelho.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que também houve um aumento de valores em algumas Instituições, nomeadamente, o Orfeão Nossa Senhora do Rosário, o Agrupamento de Escuteiros n.º 1290 – Santa Cruz e as Bandas Filarmónicas.



A Senhora Presidente da Câmara informou que o aumento do apoio ao Orfeão Nossa Senhora do Rosário destina-se a apoiar um intercâmbio que o Orfeão vai receber no âmbito da visita realizada o ano passado. Sobre o aumento do apoio ao Agrupamento de Escuteiros n.º 1290 – Santa Cruz, informou que o mesmo se destina a apoiar a aquisição de fardamento. Mais informou que este apoio está a ser feito de forma rotativa, sendo que o ano passado foi atribuído ao Grupo de Escoteiros n.º 97 – Água de Pau. Relativamente ao aumento do apoio às Bandas Filarmónicas, a Senhora Presidente informou que se decidiu por aumentar este apoio, tendo em consideração o trabalho desempenhado pelas Bandas e o número de pessoas que congregam.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade dos presentes, não tendo participado o Senhor Vereador Fernando Jorge Moniz na atribuição do apoio financeiro ao Grupo de Cantares Tradicionais de Santa Cruz e a Senhora Vereadora Albertina Maria Costa Oliveira na atribuição do apoio financeiro à Associação de Jovens da Ribeira Chã:

1.º Aprovar a atribuição dos apoios financeiros às Instituições Recreativas, Culturais e outras do Concelho, para o ano de 2019, nos montantes acima referidos;

2.º Dar conhecimento desta deliberação à Subunidade Orgânica de Contabilidade e às referidas Instituições Recreativas, Culturais e outras do Concelho.

Os Senhores Vereadores Fernando Jorge Moniz e Albertina Oliveira, regressaram à sala, a fim de continuarem a participar na presente reunião.

PONTO N.º 5 – MINUTA DO ACORDO DE EXECUÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO:

Foi presente a informação, acompanhada da minuta do Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, que abaixo se transcreve:

“Na sequência do deliberado por esta Câmara Municipal, em sua reunião de 31 de outubro de 2018, e pela Assembleia Municipal, em sua sessão de 4 de dezembro de 2018, é novamente presente a minuta do protocolo do acordo de execução a celebrar com a Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, atendendo que o aumento no valor de 12.000,00 € foi incluído no valor referente às despesas de capital, quando deveria ser no valor referente às despesas correntes.

Assim, anexa-se a referida minuta devidamente corrigida, para ser presente novamente à reunião da Câmara Municipal e à sessão da Assembleia Municipal.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com a minuta do acordo de execução a celebrar com a Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário;



2.º Propor à Assembleia Municipal a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal na Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para os efeitos previstos na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da referida Lei.

PONTO N.º 6 – MINUTA DO CONTRATO DO EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, POR 20 ANOS, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 1.765.000,00 €:

Foi presente a minuta do Contrato do Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 20 anos, até ao montante máximo de 1.765.000,00 €, apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 1.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que se abstém, conforme já referiu nas reuniões Camarárias de 19 de outubro e 23 de novembro de 2018, porque continua a achar que o valor do empréstimo é excessivo atendendo à limitada capacidade de endividamento que o Município tem.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, aprovar as cláusulas contratuais constantes da minuta do Contrato do Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 20 anos, até ao montante máximo de 1.765.000,00 €, apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, S.A.

PONTO N.º 7 – PEDIDO DE APOIO - PROJETO DE SOLIDARIEDADE - “SENTIR A LIBERDADE COM O FUTEBOL”, RATIFICAÇÃO:

Foi presente o ofício n.º PSSLF-05-18/19, de 3 de janeiro de 2019, da Associação de Futebol de Ponta Delgada, solicitando um apoio para o projeto de Solidariedade - “Sentir a Liberdade com o Futebol”.

Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal foi exarado, em 10 de janeiro de 2019, o seguinte despacho: “Autorizo a atribuição de um apoio de 1.500,00 €. À reunião de Câmara para ratificação.”

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que se abstém nesta deliberação, porque entende que este assunto já deveria ter vindo à reunião da Câmara Municipal e neste momento não passa mais do que o cumprimento de um preceito legal, não está em causa a opinião desta Câmara Municipal, mas sim o cumprimento da Lei e aquilo que foi a decisão da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Lagoa.



A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor, sendo quatro votos dos membros do Partido Socialista e um voto do Senhor Vereador Roberto Oliveira e uma abstenção do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, ratificar o despacho exarado pela Senhora Presidente da Câmara, em 10 de janeiro de 2019, de acordo com o n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Por impedimento legal, na discussão e aprovação do processo abaixo mencionado, o Senhor Vereador Fernando Jorge Ventura Moniz, ausentou-se da reunião, de acordo com o n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 8 – PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE DUODÉCIMOS – CLUBE OPERÁRIO DESPORTIVO, RATIFICAÇÃO:

Pela Direção do Clube Operário Desportivo foi presente o pedido de antecipação das mensalidades referentes aos meses de julho e agosto, do contrato – programa de 2019, celebrado entre esta Câmara Municipal e aquele Clube Desportivo.

Pela Senhora Presidente da Câmara foi exarado, em 11 de janeiro de 2019, o seguinte despacho: “Autorizado. À reunião de Câmara para ratificação.”

Na sequência do pedido apresentado, de antecipação de duas mensalidades, o Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que têm de ter consciência que alguma coisa não está bem e comentou que estão a empurrar o problema para a frente.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade dos presentes, ratificar o despacho exarado pela Senhora Presidente da Câmara, em 11 de janeiro de 2019, de acordo com o n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Vereador Fernando Jorge Ventura Moniz regressou à sala a fim de poder continuar a participar na presente reunião.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOURARIA:

PONTO N.º 9 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 24 de janeiro do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 867.671,46 € (oitocentos e sessenta e sete mil seiscentos e setenta e um euros e quarenta e seis cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.



UNIDADE ORGÂNICA GESTÃO URBANA E DE INFRAESTRUTURAS:**SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TAXAS, LICENÇAS, ÁGUA E SANEAMENTO:****PONTO N.º 10 – INFORMAÇÃO – PRESCRIÇÃO DE DÍVIDA DE ÁGUA:**

Foi presente a informação datada de 21 de janeiro do corrente ano, elaborada pelo Escrivão das Execuções Fiscais, que abaixo se transcreve:

“Decorridos que são 8 anos desde a data da autuação, e face ao que dispõe o n.º 1 do artigo 48.º da Lei Geral Tributária, Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, a obrigação tributária prescreve no prazo de 8 anos, salvo se outro mais curto estiver fixado na Lei.

Face ao exposto, incluso anexo a Requisição de 151 conhecimentos dos processos referentes ao ano de 2010, no montante de 3.093,80 € (três mil noventa e três euros e oitenta cêntimos), a fim dos mesmos serem anulados.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, que sejam levantados os referidos processos, procedendo-se à sua anulação, por prescrição, face à legislação em vigor.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS:**PONTO N.º 11 – PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE, FREGUESIA DO CABOUÇO:**

Foi presente à Câmara o requerimento apresentado por Vítor Manuel Santos Leite, solteiro, residente na rua David Dias Pimentel, freguesia de Algarvia, Concelho de Nordeste e Sílvia da Silva Oliveira, solteira, residente na rua David Dias Pimentel n.º 12, freguesia de Algarvia, Concelho de Nordeste, na qualidade de futuros proprietários, solicitando nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, parecer sobre a constituição de compropriedade, com vista à celebração duma escritura de compra conjunta do prédio misto, sito à Avenida da Juventude – Fonte Velha, freguesia de Cabouço, deste Concelho, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o número 149/19870407, inscrito na matriz predial sob o artigo 367-P (Urbana) e artigo 11 Secção R (Rústica) da freguesia do Cabouço.

Após análise do pedido e informação técnica que abaixo se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe, cumre-me informar do seguinte:

Não vemos inconveniente na aquisição do prédio em referência em regime de compropriedade.”



A Câmara deliberou, por unanimidade, não haver inconveniente no pedido acima indicado.

DEPOIS DA ORDEM DO DIA:

ALTERAÇÃO DE DATA DE REUNIÃO CAMARÁRIA:

A Senhora Presidente propôs a alteração da data da próxima reunião da Câmara Municipal, de forma a permitir uma melhor organização dos Serviços. Assim, a reunião agendada para o dia 8 de fevereiro passará para o dia 12 de fevereiro, às 14:00 horas.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com a alteração proposta;

2.º Dar a necessária publicidade à presente deliberação por afixação de editais em lugares de estilo.

DISPONIBILIZAÇÃO DE DOCUMENTOS:

Conforme solicitado pelos Senhores Vereadores da Oposição, a Senhora Presidente disponibilizou para consulta, depois da reunião da Câmara Municipal, o projeto da segunda fase da reabilitação da orla costeira, bem como o respetivo processo de candidatura e resposta e o relatório do LREC referente à reavaliação da Rua de São José, na Freguesia da Ribeira Chã, do ano de 2018.

A Câmara tomou conhecimento.

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO:

E não havendo mais nada a tratar, sendo 10:30 horas, foi pela Senhora Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.



E eu , Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi e assino.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL


CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO